UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2022**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**EDUCAÇÃO FÍSICA - Licenciatura (080/I)**
Disciplina	**2237/I - EDUCACAO FISICA E SAUDE**
Turma	**EFI/I**
Local	**IRATI**

Carga Horária: **68**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Histórico de Saúde Coletiva/Pública. Percepção social do processo saúde e doença. Abordagem ampliada e interdisciplinar da relação saúde e doença. Políticas públicas e programas em saúde. Introdução à Epidemiologia. Questões éticas e estratégicas para a promoção da saúde na Educação Física Escolar. Educação, saúde e meio ambiente.

I. Objetivos

1-Apresentar os princípios básicos fundamentais do sistema público de saúde;
2-Apresentar e discutir os conceitos teóricos/práticos que envolvem a área de Educação Física na Saúde Coletiva e na Saúde Pública.
3-Gerar competências para formulação de projetos e programas de Educação Física na escola em consonância com os princípios da Atenção Primária à Saúde.
4-Proporcionar ao acadêmico de Educação Física o contato com outros profissionais da área da saúde com possibilidades de vislumbrar ações interdisciplinares e intervenções multiprofissionais.

II. Programa

1-Aspectos históricos da Saúde Pública
2-Conceitos Fundamentais associados à Saúde Pública
3-Políticas Públicas de Saúde no Brasil: Núcleo Ampliado em Saúde da Família, Estratégia Saúde da Família, Política Nacional de Promoção da Saúde, Política Nacional de Atenção Básica, entre outras.
4-Introdução à epidemiologia, suas relações com o campo da Educação Física e epidemiologia da atividade física
5-Princípios da intervenção em saúde
6-Modelos de Atenção à Saúde com apontamentos para a atuação na escola

III. Metodologia de Ensino

Aula expositiva dialogada;
Estudo e discussão de textos (capítulos de livros e artigos) e vídeos;
Estudo dirigido (reforço de conteúdos);
Seminário;
Aulas práticas ministradas pelo professor
Aulas práticas ministradas pelo aluno no ambiente da universidade ou na escola;
Aula de campo: visita à Unidades Básicas de Saúde e/ou ao serviço público de saúde;

IV. Formas de Avaliação

Os instrumentos de avaliação a serem utilizados são os seguintes:
1-Prova teórica sobre o do conteúdo desenvolvido durante cada semestre de forma individual e sem consulta;
2-Trabalhos individuais e/ou pequenos grupos (teóricos/práticos) sobre os temas do programa. Serão levados em conta, na atribuição das notas: o conteúdo dos trabalhos organizados na totalidade, consistência, descrição clara e objetiva, a presença e participação efetiva do aluno às aulas, sua permanência e contribuições nas aulas, a pontualidade na entrega das tarefas, a clareza dos textos escritos, além do domínio de conteúdo na apresentação.
3- Planejamento de projetos e/ou eventos relacionados à temática Educação Física e Saúde com possibilidade de serem realizados na escola;
4 - A recuperação do aluno quanto ao seu desempenho na disciplina será oportunizada em ambos os semestres que compõem o ano letivo a partir da devolutiva, pelo professor, de cada atividade realizada, indicando os aspectos que deverão ser reelaborados e/ou aprofundados. O aluno que necessitar recuperar seu rendimento terá a oportunidade de realizar nova entrega de trabalho ao longo do processo avaliativo ou no período final de cada semestre.

V. Bibliografia

Básica

FRAGA, A. B.; WACHS, F. (Org.). Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
BRASIL. Ministério da Saúde. Promoção da Saúde: Declaração de Alma-Ata, Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall, Declaração de Santafé de Bogotá, Declaração de Jacarta, Rede de Megapaíses e Declaração do México. Projeto Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 47p.
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília, DF, 2006.

_____. Portaria 154/2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica; n. 27 - Diretrizes do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Brasília, DF, 2009.

_____. Portaria 719/2011. Institui o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF, 2012.

_____. Portaria 2446/2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Disponível em: Acesso em: 10 maio 2015.

CARVALHO, Y. M. _____. Entre o biológico e o social. Tensões no debate acerca da saúde na educação física. Motrivivência. v. 17, n. 24, p. 97-105, jun. 2005.

_____. Promoção da saúde, práticas corporais e atenção básica. Revista Brasileira de Saúde da Família, Brasília, DF, v. 7, p. 33-45, 2006.

CASTRO, A. M.; SPERANDIO, A. M.; GOSH, C. S.; ROCHA, D. G.; CRUZ, D. K. A.; MALTA, D. C. et al. Curso de extensão para gestores do SUS em promoção da saúde. Brasília, DF: CEAD/FUB, 2010.

FRAGA, A. B.; WACHS, F. (Org.). Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução nº 218, de 6 de março de 1997. Reconhece 13 categorias como profissionais de saúde de nível superior. Brasília, 1997.

COUTINHO, S. S. Atividade física no Programa Saúde da Família, em municípios da 5ª Regional de Saúde do Estado do Paraná – Brasil. 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

_____. As competências do profissional de Educação Física para atuar na Atenção Básica. 2011. 207 f. Tese (Doutorado em Enfermagem em Saúde Pública) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. Rio Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 43-57.

GONZÁLEZ, F. J. Práticas corporais e o Sistema Único de Saúde: desafios para a intervenção profissional. In: GOMES, I. M.; FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M. (Org.). Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação. Porto Alegre: Rede Unida, 2015.

KNUTH, Alan; LOCH, Mathias. “Saúde é o que interessa, o resto não tem pressa”? Um ensaio sobre educação física e saúde na escola. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 19, n. 4, p. 429-429, 2014.

MERHY, E. E. Programa Saúde da Família: somos contra ou a favor? Revista Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 26, n. 60, p. 118-122, jan./abr. 2002.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIRA FILHO, N. Epidemiologia & Saúde. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

STARFIELD, B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO/ Ministério da Saúde, 2004. 725p.

WESTPHAL, M. F. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C.; AKERMAN, M.; DRUMOND JUNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 635-667.

Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011b.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). Lei Nº 9.696 de 1º de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília, DF, 1998. Disponível em: . Acesso em: 29 nov. 2009.

APROVAÇÃO

Inspetoria:	DEDUF/I
Tp. Documento:	Ata Departamental
Documento:	06
Data:	01/06/2022